

**Resumo**

As comunidades tradicionais pesqueiras são marcadas por uma cultura marítima, assim como toda cultura, que se constrói e se acumula através de gerações. O saber tradicional dessas comunidades envolve formas de conhecimento construídas através da experiência e da intuição, que o fazem dominar diferentes aspectos do ecossistema marinho, como as correntes e as marés, o ciclo biológico das espécies que pescam, incluindo época de reprodução e movimentos migratórios, a influência dos astros, entre outros fenômenos, o que corresponde a um vasto conhecimento empírico.

As diferentes formas de organização social da pesca e de apropriação dos espaços e dos recursos fazem parte da cultura marítima e muitas vezes definem regras de uso. É nesse contexto que se insere essa pesquisa em que se propõe o estudo das relações estabelecidas entre os pescadores de Iguape e os espaços que utilizam para praticar a pesca da manjuba (*Anchoiella Lepindestostole*). Essa pesca, que ganhou importância como atividade econômica a partir de 1920 é considerada nos dias atuais como a atividade de maior importância econômica do município que movimenta mais de dois mil pescadores.

Diante da grande importância que a pesca da manjuba representa para a economia local e para a cultura marítima, buscamos com esse trabalho investigar e descrever como os pescadores de manjuba em Iguape se organizam e como fazem uso do espaço e do recurso. Como seus conhecimentos intervêm nessa atividade e quais as práticas de manejo envolvidas.

A relação das comunidades tradicionais com o ambiente em que vivem é tão estreita que se torna imprescindível incorporar seus saberes, suas formas de apropriação do espaço e dos recursos em um diálogo com as ciências e suas teorias, na tentativa de se garantir a continuidade das práticas pesqueiras de forma sustentável. Nesse sentido, é essencial que as lógicas comunitárias de apropriação sejam efetivamente consideradas ao se propor políticas públicas voltadas para a manutenção dos recursos.

### ***Introdução/ área de estudo***

O Vale do Ribeira está situado em uma extensa área que compreende a Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, além de outras sub bacias que estão interligadas. No total, a bacia do rio Ribeira integra 30 municípios, dos quais 21 estão localizados no Estado de São Paulo (porção sudeste) e o restante no Estado do Paraná (porção leste) (Instituto Sócio Ambiental, 1998).

A região denominada de estuarino-lagunar compreende geograficamente a porção de Iguape e Cananéia e justifica a formação de uma laguna mediante a presença da Ilha Comprida que se estende por cerca de 70 km, e se interpõe entre o continente e o oceano. Em razão da presença desta ilha, formou-se um estuário situado entre Iguape e a própria ilha, denominado de Mar Pequeno.

Esse estuário, o Mar Pequeno, recebe água salgada vinda tanto do oceano através das Barras, de Icapara ao norte e de Cananéia ao sul, como a água doce vinda do Rio Ribeira que chega ao estuário através do Valo Grande, e da barra do Ribeira (GIULIETTI, 1992; BENAZERA & CAVANAGH, 1994).

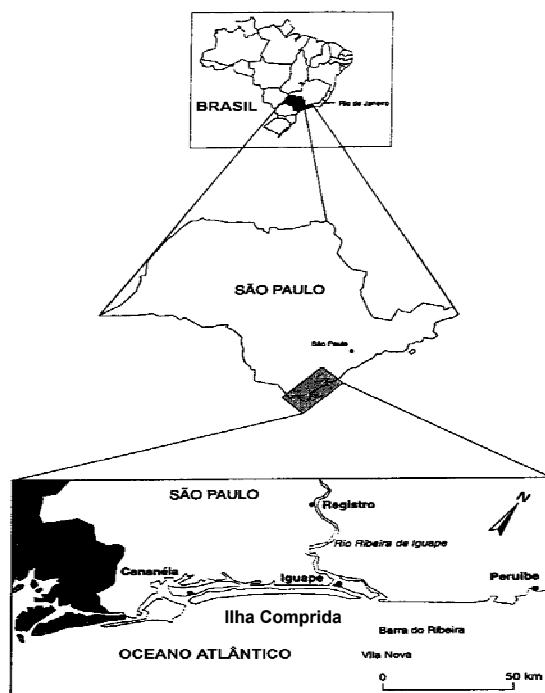
Devido à localização geográfica privilegiada, o sistema estuarino-lagunar Iguape-Cananéia-Paranaguá é conhecido como um dos mais importantes criadouros do mundo e favorece, principalmente, os peixes que habitam a costa e os que vivem durante todo o seu ciclo de vida ou parte dele em águas com baixa salinidade, como ocorre com a espécie *Anchoviella lepidentostole*, conhecida popularmente como manjuba.

Segundo Miyao *et al* (1986), o Mar Pequeno tem valores de salinidade abaixo de outros locais da região lagunar, fato que se dá provavelmente devido à penetração da água doce do Rio Ribeira e da água de origem subterrânea, que se acumulam devido à baixa taxa de renovação das águas locais e de um certo grau de represamento por ação das ondas de maré em sentido oposto. Tais condições são propícias para o desenvolvimento e proliferação da manjuba, o que levou, desde 1920 até os nossos dias, a uma especialização da captura desta.

A captura desse peixe envolve mais de 3000 mil pescadores durante a safra que tem a duração de seis meses (setembro-abril). Apesar de ser considerada uma pesca dentro de moldes industriais, a pesca da manjuba ainda revela fortes elementos tradicionais, como as próprias artes de pesca utilizadas e a sua forma de organização. Apesar dos recursos marinhos e mesmo os estuarinos serem considerados de livre acesso é possível, através do estudo das

formas de organização da pesca da manjuba, evidenciar elementos que definem o uso dos espaços e conseqüentemente as regras para a sua utilização.

### **Mapa 1. Localização da área de estudo**



Fonte: Mapa adaptado do trabalho de BENAZERA, Clara & CAVANAGH, Julie. *Antropologia Marítima e Gestão da Pesca Litorânea Brasileira* número 3. Québec, 1994.

### ***Metodologia***

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a pesca da manjuba em Iguape. Nessa etapa buscamos construir, através de diversos trabalhos, um referencial histórico da pesca da manjuba incluindo os ciclos econômicos pelos quais passou o município. O conhecimento dessa história através da leitura de alguns autores como Fortes (2000), Petrone (1966), Almeida (1951), Krug (1936), e Young (1902), foi fundamental para entender a trajetória da pesca da manjuba.

Além das conversas informais utilizamos a observação direta para acompanhar as atividades e entender a dinâmica da pesca, dessa forma tentamos ao máximo nos fazer despercebidos, enquanto praticavam suas atividades cotidianas.

O próximo passo foi definir entre os vários “pontos de pesca” freqüentados pelos pescadores, quais seriam os abordados na pesquisa. Os pontos de pesca a que nos referimos nesse trabalho

não tem a mesma conotação dos “pesqueiros” tão bem abordados por Diegues (2000), Cordell (1974; 2001), Forman (1967), Maldonado (2000), Begossi (1995). Segundo esses autores, pesqueiros representam um local específico no espaço aquático que concentra mancha de peixes e cardumes. Nesse caso a localização desses pontos é feita através de referenciais que podem ser aquáticos (como uma laje) ou terrestres (como árvores, casas, igrejas) e muitas vezes, são mantidos em segredo e transmitidos somente se houver alguma ligação ou relação maior entre os pescadores, como o compadrio ou a camaradagem.

Existem algumas semelhanças entre os pontos de pesca, que trataremos aqui, e os pesqueiros. No entanto quando nos referimos aos pontos de pesca desse trabalho, estamos tratando de áreas mais abrangentes e que são de conhecimento de todos os pescadores. Pontos de pesca, nesse caso, são os locais escolhidos por serem considerados mais produtivos, onde se concentram vários pescadores, assim como os pesqueiros, no entanto não são mantidos em segredo.

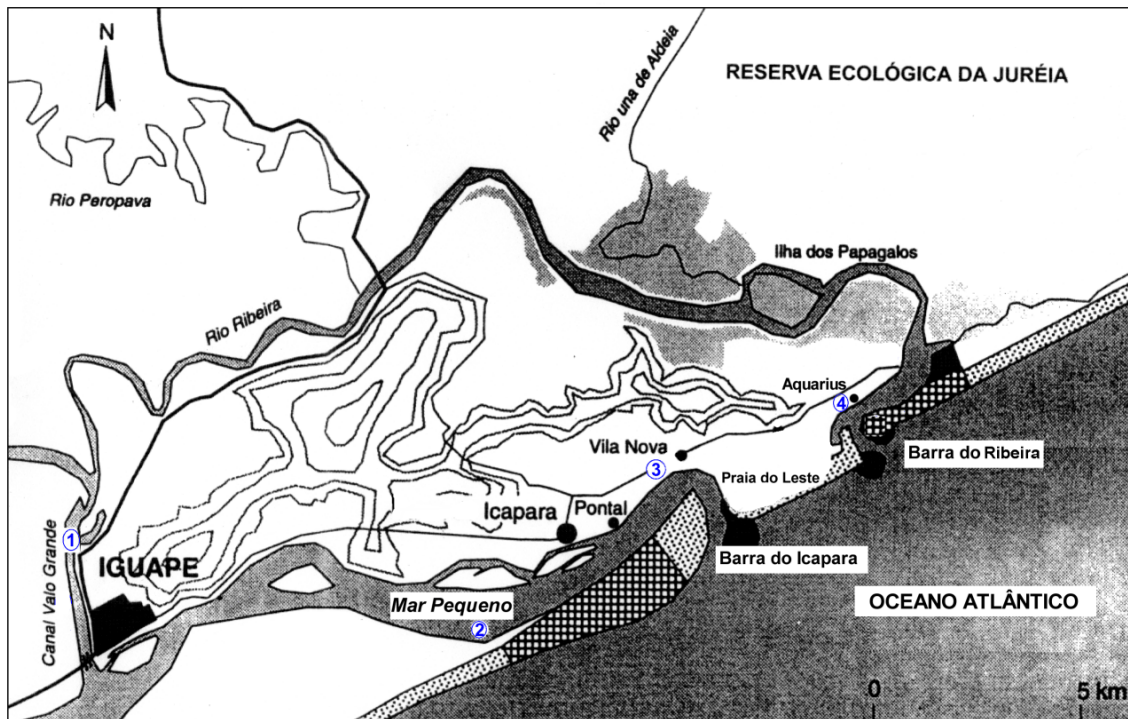
Baseados nas observações de campo e nas conversas informais com os pescadores, buscamos definir os pontos de pesca onde, apesar das possíveis variações, é sempre possível encontrar os pescadores. Para isso, adotamos alguns critérios para a escolha dos pontos: 1) pontos que permitam uso de mais uma arte de pesca, currico e manjubeira, 2) pontos que podem sofrer pouca alteração com mudanças ambientais, como chuvas e períodos de seca, 3) pontos que segundo os próprios pescadores são os mais privilegiados geograficamente para a entrada da manjuba no estuário, como, por exemplo, os próximos às bocas de barra.

Tentamos reproduzir para os pontos escolhidos, a mesma denominação utilizada pelos pescadores. Porém, neste trabalho adotamos também os nomes dos bairros ou outros pontos de referência, colocados entre parênteses, para que seja possível uma localização geográfica mais precisa.

Os locais podem ser visualizados no mapa a seguir, sendo eles:

1. *Rio Ribeira ou Porto da Ribeira (logo atrás da barragem);*
2. *Toca do Bugio ou Enseada (localizado na extensão do Mar Pequeno: trecho que se estende da ponte da Ilha Comprida até as proximidades de Icapara).*
3. *Portinho, costão do Icapara ou Barra do Icapara (Vila Nova);*
4. *Prainha ou boca da Barra do Ribeira (Aquarius);*

## Mapa 2. Localização dos pontos de pesca



- 1 - Rio Ribeira ou Porto da Ribeira (atrás da Barragem)
- 2 - Enseada ou Toca do Bugio
- 3 - Portinho, Costão do Icapara ou Barra do Icapara
- 4 - Prainha ou Boca da Barra do Ribeira

Fonte: Mapa adaptado do trabalho de BENAZERA, Clara & CAVANAGH, Julie. *Antropologia Marítima e Gestão da Pesca Litorânea Brasileira* número 3. Québec, 1994.

Com os pontos já definidos partimos para uma outra etapa do trabalho, as entrevistas, e assim buscamos uma metodologia que pudesse nos fornecer subsídios para uma futura análise das especificidades do objeto de estudo. Para isso nos apoiamos no método qualitativo de pesquisa que nos permite compreender os indivíduos em seus próprios termos (GOLDEMBERG, 2002; BECKER, 1994).

A pesquisa qualitativa possibilita o estudo de questões que não podem ser quantificadas como, por exemplo, os anseios, os sentimentos, as motivações, as crenças e as atitudes individuais que fazem parte do contexto da pesca e das relações sociais. Além disso, a pesquisa proposta não tem como meta uma representação numérica do grupo pesquisado e sim a sua compreensão enquanto um grupo social, uma organização, uma instituição, uma trajetória, etc.

Segundo Becker (1994), neste método de pesquisa, a quantidade é substituída pela profundidade, ou seja, o número de pessoas é menos importante do que a tentativa de se observar uma questão a fundo e sob diferentes pontos de vista.

Elaboramos um roteiro de perguntas que se configurou como uma entrevista semi-estruturada. Nesse roteiro buscamos empregar o que Posey (1987) chamou de metodologia “geradora de dados” que tem como finalidade abrir espaço para que seja possível registrar os traços relevantes dos históricos de vida dos pescadores entrevistados. Segundo Queiroz (1969), através dos históricos de vida é possível registrar relatos nunca antes descritos e cheios de detalhes a respeito das tradições culturais.

Buscamos a princípio o relato de pescadores mais antigos, seguindo os passos de Ecléa Bosi (2001) que consagra os velhos na transmissão oral, pois, muitas das informações transmitidas por eles não se encontram registradas em livros algum. Trata-se de relatos vivenciais que permite emitir suas próprias impressões e dar a esses fatos a sua importância devida.

*“Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda (...)” “A memória é a faculdade épica por excelência” (Bosi, 2001:82: 90).*

### ***Referencial teórico: O uso dos espaços e dos recursos***

*“Um elemento fundamental na cultura tradicional é a relação dessas populações com o território, que pode ser definido como uma porção da natureza e do espaço sobre qual determinada sociedade reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso na totalidade ou parte dos recursos naturais existentes” (Diegues e Arruda, 2001:24).*

Klink (1993) introduz na discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, a importância de se integrar formas de uso comum dos espaços, de gestão e de exploração do meio ambiente. Ao argumentar sobre essa questão, o autor formula sua crítica baseada na epistemologia que envolve o título do relatório de Brundtland - Nosso Futuro Comum – referindo-se a necessidade de se considerar formas de uso “comum” ainda em nosso presente, ou seja, ele ressalta a importância de se potencializar as formas de propriedades comunais, assim como a racionalidade econômica e cultural inerente a este tipo de propriedade. Além disso, o autor critica a intencionalidade do relatório em demonstrar que o aumento das propriedades privadas poderia vir a ser a solução para a maioria dos problemas ambientais:

*“De manera lamentable y paradójica, la CMMAD no presta atención a la posible relación entre el futuro común y el papel que puede jugar la propiedad común en el mismo, dando a entender*

*que la racionalidad económica basada en la propiedad privada puede protagonizar y facilitar la transición hacia ese futuro común” (1993:13)*

Analisando a racionalidade econômica, Klink (1993) considera esta como parte de uma racionalidade convencional, que se fundamenta em ideologias e ficções. Na verdade uma racionalidade convencional pode ser sub entendida como uma racionalidade que segue ideologias, como a ideologia do mercado, a ideologia da propriedade privada, a ideologia da independência das atividades humanas etc.

Neste sentido, Fernandez (1993) traça um paralelo entre a economia convencional e a apropriação dos recursos. Segundo o autor os processos atuais de desenvolvimento, através de uma lógica capitalista, que compreende uma ideologia de mercado, têm impulsionado a criação de um número cada vez maior de propriedades privadas e estatais que permitem uma subordinação muito maior ao capital se comparadas a gestão de propriedades comunais. Além disso, aponta o liberalismo econômico como um dos causadores da conversão de propriedades comuns em propriedades privadas ou estatais, dessa forma o liberalismo econômico se apóia na seguinte argumentação: a ineficiência econômica gerada pela propriedade comum põe em risco a sobrevivência dos recursos.

Para esse autor, a interpretação “trágica” dos recursos comuns é uma forma estereotipada da capacidade dos indivíduos de viver e cooperar coletivamente. Afinal, segundo ele, a tendência de se viver dentro de um regime de coletividade tem acompanhado as sociedades de caçadores e de agricultores durante muitos anos. No entanto, é importante frisar que Fernandez não considera o ser humano altruísta assim como não o considera egoísta. Em sua concepção existe a possibilidade do “ato de cooperar” ser simplesmente uma estratégia adaptativa que inclui diferentes comportamentos e atitudes que podem levar ao aumento de possibilidades e de sobrevivência.

A propriedade comum, e mesmo as formas de apropriação comunal dos recursos têm acompanhado o homem ao longo de sua história, assim como a polêmica sobre o tema dos recursos comuns também acompanha a longa história acadêmica de diferentes disciplinas (FERNANDEZ, 1993).

Já na década de 1950, surgiram alguns trabalhos que ressaltavam as implicações que o uso comum dos recursos poderiam vir a ocasionar. Entre eles, destacaram-se os trabalhos de Gordon de 1954 “*The economic theory of a common property resource: The fishery*” e de Scott de 1955 “*The fishery: the objectives of sole ownership*”.

Ambos os trabalhos, através de uma abordagem centrada em conceitos econômicos, alertam para a ameaça que a propriedade comunal exerce na conservação e na exploração eficiente dos recursos.

Gordon em suas reflexões aborda uma série de questões relacionadas com a economia específica da pesca e sua gestão. O autor expõe sua teoria através do exemplo das áreas de pastos comuns da sociedade medieval, onde necessariamente deveria existir uma gestão externa exercida por uma única pessoa, por um único senhor, assim como ocorria com os pastos controlados o que evitava qualquer forma de abuso. Transferindo sua linha de raciocínio para pesca, o autor considera que formas de propriedade comum levariam indubitavelmente a sobrepesca e a ineficiência econômica caso não existisse uma forma de controle.

Gordon conclui que “o que é propriedade de todos não é propriedade de ninguém”. Scott reforça a idéia de uma “racionalidade econômica” através da sua exposição sobre o uso comum dos recursos. Segundo o autor nenhuma pessoa se preocupa com aquilo que não lhe pertence, ou seja, nenhuma pessoa se preocupará em conservar os recursos a menos que seja o seu proprietário. Tanto Gordon quanto Scott abordam a questão dos comuns através de um viéz econômico. Para esses autores a conservação dos recursos não é o principal ponto, nesse caso a conservação está agregada à idéia de uma “racionalidade econômica”, em que se usa os recursos da forma mais eficiente do ponto de vista econômico.

O viéz biológico para a discussão sobre os comuns, surge com G. Hardin em 1968, e seu trabalho intitulado “A Tragédia dos Comuns”. Esse trabalho reflete a preocupação do autor com relação a conservação dos recursos e a superpopulação. Hardin retoma o discurso de seus antecessores e expõe novamente o exemplo dos pastos, para construir sua argumentação sobre a utilização de um espaço aberto a todos.

Neste caso, dentro de uma perspectiva racional, Hardin admite que cada pastor tende a aumentar cada vez mais o número de suas cabeças de gado. Se a utilização desse pasto se faz por uma sociedade de baixa densidade populacional não existem maiores conseqüências, no entanto quando se discute a utilização desse mesmo pasto por um número indefinido de pastores a tendência é de que ocorra uma maximização individual do lucro e uma sobrexploração coletiva dos pastos. O número excessivo de pastores que levaria a tragédia dos comuns se agravaria, segundo Hardin, pela falta de controle do aumento populacional. “*La libertad para reproducirnos nos traerá la ruina a todos*” (Hardin, 1968: 1248).



O autor referencia o uso dos recursos comuns através de reflexões morais, como a temperança, que envolve o convívio em grupo. Para Hardin a moral, a consciência e a responsabilidade não são suficientes para conduzir a uma utilização adequada. Essa impossibilidade de cooperação entre os indivíduos para a gestão dos recursos naturais se traduz na racionalidade econômica egoísta “o mito do indivíduo egoísta”. Segundo Hardin é necessário que exista algum tipo de coerção externa. Dessa forma, a implementação da privatização e da gestão estatal é fortemente defendida em sua teoria.

Fernandez (1993), ao re (examinar) as teorias propostas, acredita que o conceito de “propriedade comum” tenha sido erroneamente empregado, tanto por Hardin, como por Gordon e Scott. Os referidos autores, até então, desenvolveram suas teorias, baseados somente em um único conceito, da “propriedade comum” desconsiderando a possível existência de diferentes formas de apropriação do recurso e dos espaços. Trabalhos posteriores de Feeny, Berkes, McCay e Acheson (1990), mostraram que existem diferentes formas de se apropriar de um recurso traduzindo-se em diferentes categorias de direito de propriedade sob as quais esses recursos são manejados. Dessa forma definiram-se novas categorias: livre acesso, propriedade privada, propriedade comunal e propriedade estatal.

Refletindo, a partir das categorias propostas, penso que Hardin ao retomar seu discurso passaria a referir-se ao livre acesso e não mais ao regime de propriedade comum. Entendo que qualquer “regime de propriedade” implica obrigatoriamente em algum tipo de controle sobre o território e sobre o uso dos recursos, caso contrário não se trata de um regime de propriedade e sim de um espaço de livre acesso. Bromley e Cernea, (1989) *apud* Goldman (1998) nos chamam a atenção para um aspecto importante, a definição de “propriedade”, que segundo esses autores, não deve ser reduzida somente a um objeto, como uma área física e sim como “um direito a um fluxo de benefícios”. A definição de Elinor Ostrom, também segue essa mesma linha, referindo-se a propriedade, além de suas qualidades físicas, considerando-a como uma rede de instituições sociais.

Dessa forma, ao retomar novamente a teoria de Hardin, Gordon e Scott sobre o uso comum dos recursos, é possível concluir que o que se caracteriza como “comum” é somente o recurso e não o “regime de propriedade” sob o qual se encontra esse recurso, parafraseando o que já foi dito, trata-se de um espaço de livre acesso onde não existem direitos de propriedades definidos, o acesso é livre e não há regulação sob as formas de uso.

Ostrom (1995) nos alerta para a necessidade de se diferenciar a natureza dos recursos de uso comum, dos regimes de direito de propriedade sob os quais esses recursos são manejados.

Segundo Berkes, *et al* “os recursos que fazem parte de uma propriedade comum são definidos como uma classe de recursos para a qual a exclusão é difícil e o uso conjunto envolve subtração.” (1989:91)

Entendo que existem dois grandes desafios presentes no regime de propriedade comum: a exclusão de outros usuários potenciais e a regulação do uso e dos usuários, para minimizar problemas associados a subtração. Isso significa dizer que a conservação e o manejo devem ser empregados para que a exclusão seja natural e para que os recursos não sejam exauridos. O manejo por sua vez é falho, ou ausente na proposta de Hardin, o que levou Ostrom e Mc Kean (1995) a concluir que isso seria uma das causas da visionária tragédia.

Em regimes de propriedade comum, um grupo particular de indivíduos divide os direitos e responsabilidades sobre os recursos, caracterizando uma forma de propriedade onde os direitos são comuns a um determinado grupo de usuários. Os direitos e as responsabilidades são definidos através de regras informais e geralmente se sustentam através de práticas de manejo. Dessa maneira, a propriedade comum não se caracteriza por livre acesso a todos, mas acesso limitado a um grupo específico de usuários que reconhece essas práticas e as respeita.

Dos oito princípios que regem uma “propriedade comum”, definidos por Ostrom, considero como os mais relevantes para o presente trabalho as fronteiras definidas, a monitoração dos recursos naturais pelos comunitários, os mecanismos para as escolhas coletivas, as sanções aplicáveis aos que desobedecem aos regulamentos, os mecanismos de regulação de conflitos e o reconhecimento mínimo do direito a se organizar socialmente.

Esse tipo de sistema existe em comunidades tradicionais, que se caracterizam pela utilização comum de determinados recursos, como peixes e plantas, o que pressupõe uma grande teia de relações de parentesco, de compadrio, de ajuda mútua, de normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade entre os grupos (DIEGUES, 1995). Além desses valores, os sistemas de uso dos espaços e dos recursos, desenvolvidos por esses grupos refletem características já mencionadas anteriormente como a importância da “identidade”. A medida em que se propõem diferentes formas de uso assim como diferentes práticas de manejo subtendem-se que existe um conhecimento prévio do ambiente, e do recurso. Um conhecimento que não se limita ao domínio classificatório de espécies, indo muito mais além. Para se manejar um recurso ou para se ordenar um espaço é preciso conhecer profundamente cada elemento físico, biológico, ecológico, simbólico, mitológico..... que compõe o ambiente. Essa complexidade, no entanto, só é apreendida por aqueles que de alguma forma reconhecem

esses elementos como parte de sua dinâmica de vida, incorporando-os de forma natural. O que caracteriza a identidade do grupo com o seu meio.

Os exemplos de gestão comunitária são diversos, Berkes, (1986) e Mc Cay (1980), por exemplo, demonstraram através de estudos de caso que as populações são capazes de se organizar e de se auto-regular. Berkes descreve regimes de rotação de pesca que foram adotados em Alanya, onde se criou um regime de vez para que o acesso aos pontos mais produtivos fosse garantido a todos os pescadores. Mc Cay contempla as iniciativas de uma cooperativa de pescadores de Nova Jersey que controlava os níveis totais de captura em um determinado espaço físico. Quando a produção do pescado aumentava, ou seja, a oferta de produto aumentava, o valor comercial baixava e conseqüentemente diminuía o lucro individual. Agindo coletivamente o controle da produção se tornou fundamental para que o valor comercial do produto se elevasse. Apesar de se tratar de uma estratégia para a elevação do valor do pescado o sistema também reduzia os incentivos à pesca predatória.

Vale destacar também, os acordos de pesca<sup>1</sup> que vêm sendo firmados nos últimos 15 a 20 anos e que estão se proliferando, principalmente na região amazônica, na medida em que as comunidades ribeirinhas buscam proteger seus lagos da pressão da pesca comercial. Esses acordos, na Amazônia, se traduzem em “reservas de lago”, cujo objetivo central é diminuir o esforço de pesca através do limite de acesso e formas de uso, para assim assegurar a manutenção da produtividade do lago (Mc GRATH, e CASTRO, 2001).

Estudos como esses contradizem a teoria de Hardin (1968) a Tragédia “inevitável” dos Comuns, onde obrigatoriamente cada “comunitário” tenderia a aumentar seus rendimentos e conseqüentemente a pressão sobre os recursos, levando à sua exaustão. Claramente o autor nega a possibilidade de arranjos institucionais ou de qualquer outra interação entre os indivíduos envolvidos. Destituídos de qualquer burocracia oficial, as instituições informais mantêm sistemas tradicionais de acesso ao recurso, onde residem as grandes forças de manejo e do direito consuetudinário.

Através da pesca da manjuba pode-se explorar essas instituições informais e assim entender os seus sistemas de regulação do espaço. O grande desafio está em delimitar regulações de

---

<sup>1</sup> Entende-se por Acordo de Pesca, um conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiros em uma determinada área, definida geograficamente. Essa definição está publicada no parágrafo único do Diário Oficial da União, edição número 1 de 01/01/2003.

acesso a espaços e a recursos em um ambiente tão imprevisível como o mar e, teoricamente, considerado de livre acesso.

É nesse espaço marítimo que estimula situações paradoxais que se expressam através da tensão existente entre a competição e a cooperação, que se integram os pescadores de manjuba. Ao mesmo tempo em que o mar se caracteriza como um espaço onde existe disputa pelos recursos e que exige do pescador a perspicácia e a experiência, também se caracteriza como um mar socializado, aparentemente distribuído em partes iguais.

*“Assim, o meio indiviso e imenso viabiliza à ação do homem sob o pressuposto da divisão e da apropriação, se não individualmente, pelo menos ao nível de comunidades, de famílias e de tripulações de pescadores” (MALDONADO,1993:24).*

Esse *locos* indiviso e de posse comum permite que se expresse as simbologias e os mitos, as delimitações de espaços e a territorialidade. Toda essa concepção sobre apropriação de espaços, no entanto, nos remete a uma reflexão: o que se define como espaço? E ainda nos faz pensar se é possível determinar alguma relação entre a definição de espaço com a definição de lugar e de território.

### ***O espaço como lugar e território na pesca***

Segundo Milton Santos (1997; 2002), espaço é o terreno onde se constroem as relações sociais, de trabalho, onde repousam os objetos naturais e materiais. Como ele nos recomenda, é preciso ver o espaço como um sistema de objetos e ao mesmo tempo como um sistema de ações. Ou seja, existe uma disposição espacial dos objetos, assim como existem diferentes ações que se desenvolvem a partir dessa organização ou dessa disposição espacial. Isso significa que o espaço é dinâmico, pois pressupõe o empreendimento de ações humanas na sua configuração.

Ao pensar nos pescadores de Iguape, e por que não nos pescadores de uma forma geral e, ao analisar suas formas de apropriação do espaço, é perceptível que o “espaço dinâmico” expressado por Milton Santos, tenha um sentido mais “íntimo” para alguns pescadores, pois envolve o sentimento de identificação e de afetividade.

*“Nóis nasceu aqui intão nóis é irmão do mar e irmão do rio, eles dão peixe e deixa nóis continua vivendo, é ansim deis do tempo do meu avô. Nóis é daqui desse lugar e é desse lugar que nóis tira nosso sustento, seja da terra ou seja do mar” (Seu Benedito / Vila Nova, 2002).*

Nesse depoimento, podemos perceber que apesar de se referir ao espaço onde realiza suas atividades e constrói suas relações sociais, o pescador emprega uma conotação mais profunda, resignificando esse espaço e transformando-o em lugar. Para Tuan:

*“o espaço é mais abstrato do que lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (1983:6).*

O autor refere-se ao valor como sendo este um valor material ou afetivo. Nesse sentido, o espaço se transforma em lugar a medida em que o revestimos com significados, sejam eles simbólicos ou materiais. No caso dos pescadores a afetividade pode ser considerada uma forma de valor agregada, assim como o conhecimento e a própria *práxis* de suas atividades.

Nessa “conceitualização” de lugar, destaco a definição de Ostrowietski, (1990), extraída do trabalho de Maldonado, em que lugar é definido como: “a conjugação do tempo, do espaço e do sentimento”. Ou, ainda como definiu Sueli Ângelo Furlan<sup>2</sup> (2001): “o lugar é o vivido!”

Nas sociedades pesqueiras, a apropriação desses lugares se dá a partir do trabalho e do conhecimento. É esse lugar que garante a reprodução de suas atividades, tanto da pesca como de suas atividades culturais. Retomando mais uma vez Maldonado (1994), o lugar representa a manifestação de fenômenos tanto no espaço físico como no espaço social.

É possível pensar em alguma similaridade entre espaço e território?

Para Raffestin (1993) o espaço, antecede o território, e o território é uma produção, uma construção feita a partir desse espaço. Segundo ele:

*“O território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas com o poder.” (1993:144)*

Em uma concepção mais abrangente, Haesbaert define:

*“O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-*

---

<sup>2</sup> Comunicação oral da Prof. <sup>a</sup> Dr. Sueli Ângelo Furlan durante o Seminário Interdisciplinar “Paisagem e Cultura Caiçara”, realizado de 28 de maio a 01 de junho de 2001, NUPAUB/USP.

*disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.” (2001:121).*

Diante dessas perspectivas o domínio e a manutenção desses espaços, através de formas concretas e simbólicas, de aproximações e de conflitos definem um território.

Podemos, então pensar que as diferentes formas de dominação ou de manutenção desses espaços identificam a territorialidade. Ou seja, a territorialidade se caracteriza a partir dos processos e mecanismos pelos quais os grupos estabelecem, mantêm e defendem o usufruto ou a posse dos territórios. A noção de territorialidade, segundo Marques (2001) se expressa através da posse, da delimitação, da defesa e da marcação de áreas. No caso das comunidades pesqueiras essas formas de domínio podem ser coletivas ou individuais e caracterizam-se por uma manutenção através de acordos, coerções ou outros instrumentos de dominação que podem estar centrados nos regimes de propriedade comum, já mencionados.

Seguindo ainda os pressupostos de Maldonado (1994), a territorialidade se constitui e se constrói através dos tempos e das gerações, através da transmissão das tradições e principalmente, através da capacidade do homem em conferir ao “espaço” um significado simbólico e prático transformando-o assim em “lugar”.

No espaço marítimo a percepção dos lugares sob os quais se faz a ordenação da pesca e se estabelece a territorialidade é fundamental, uma vez que estamos nos referindo a um ambiente (“i)regulável” e indivisível. Maldonado (2000), expressa o tempo e o espaço como noções básicas que marcam a cultura marítima. Para a autora, a pesca marítima é uma das formas sociais em que a percepção específica do meio físico é de grande relevância devido à ordenação dos homens nos espaços sociais e à organização da produção para a reprodução da tradição pesqueira. Tanto em padrões técnicos como simbólicos. Esse tipo de apropriação simbólica e material do mar também já foi descrito por Galvão (1968), Forman (1970), Maldonado (1993) e Diegues (1983; 1995) Cordell (1989).

Dessa forma, a arte de pescar e o conhecimento cognitivo do pescador envolvendo as especificidades do ambiente viabilizam o zoneamento do mar, assim como a manutenção de fronteiras e de territórios. Através desse conhecimento, os pescadores expressam suas dinâmicas específicas nos espaços produtivos (MALDONADO, 1993).

Classificamos como espaços produtivos àqueles que de alguma forma são identificados pelos pescadores e delimitados como “fatias” produtivas do mar. Em outras palavras, o mar, apesar de ser um espaço fisicamente indivisível, possui “marcas” ou “mares”, que são espaços

identificados pelos pescadores como zonas produtivas, cujas rotas e localizações muitas vezes são mantidas em segredo.

As diferentes formas de apropriação marítima exprimem ao mesmo tempo uma exclusão e uma ordenação dos espaços, assim, mesmo que a meta “consciente” dos pescadores não seja a manutenção dos recursos isso está implicitamente relacionado com suas práticas produtivas o que de certa forma se caracterizam como práticas de manejo!

Os resultados, ainda preliminares, indicam que os grupos sociais envolvidos na gestão ambiental dos territórios marinhos de Iguape vem se articulando através de parcerias para o aprimoramento da gestão dos recursos do território marinho.

### ***As artes de pesca – o currico e a manjubeira***

Durante os trabalhos de campo, constatamos duas artes de pesca comumente utilizadas na pesca da manjuba, a rede de manjubeira e o currico. A manjubeira também chamada rede de lanço faz parte do conhecido e tradicional arrastão de terra que, segundo Mourão (1971), é de origem portuguesa onde os arrastos eram feitos através de quatro ou cinco juntas de boi.

Trata-se de uma rede de meia água, que apresenta calões em suas mangas (braços), com a finalidade de mantê-la aberta, onde ficam presos os cabos da rede que servem para tracioná-la. Em sua parte superior existem flutuadores e, na parte inferior é colocada a chumbada, para manter a rede distendida.

Para se realizar a pesca com a rede de arrasto ou manjubeira é necessário quatro a cinco pescadores e exige bastante conhecimento e habilidade para a sua prática. Depois de colocada a canoa na água, um dos cinco ou dos quatro pescadores permanece em terra segurando um dos cabos da rede, enquanto os demais remam em direção ao centro da área, geralmente enquanto dois pescadores remam um outro fica em pé, na ponta da canoa, direcionando a remada e orientando a soltura da rede na água. A canoa e a rede vão aos poucos desenhando na água uma meia circunferência para cercar o cardume. O pescador que ficou em terra, geralmente procura um tronco caído pela areia para poder “apoitar” o cabo e assim o mantém tracionado durante todo o tempo em que os seus camaradas estão na água.

Enquanto a canoa se dirige de volta à margem, a meia circunferência começa a se fechar assumindo o formato de um U, e com isso vai cercando cada vez mais os peixes forçando-os a entrar no ensacador. Quando a canoa atinge finalmente a margem novamente, os pescadores

da canoa se dividem para começar a “puxada da rede” ficando geralmente dois ou três de cada lado. Eles trazem a rede até a areia com cuidado para que os peixes não escapem e é necessário fazer bastante força para poder trazer a rede até a margem. Em seguida os pescadores ficam “a meia água” para poder separar a manjuba no ensacador. Em alguns pontos de pesca, como, por exemplo, no Rio Ribeira ou Porto da Ribeira (atrás da barragem) (ponto 1), não existe a formação de praia, e os pescadores precisam ir até o centro do ponto para então iniciarem a pescaria, a partir de então a pesca ocorre da mesma forma como já descrevemos acima.

O currico é uma arte de pesca introduzida posteriormente à rede de manjubeira, e a sua utilização ficou proibida durante muito tempo, tendo sido liberado inicialmente somente para pescadores aposentados ou pescadores que tinham algum tipo de deficiência.

Na pesca com o currico não são necessários mais do que dois pescadores, sendo comum a mulher do pescador ser o seu camarada. Além disso, existem muitos pescadores que pescam sozinhos. As canoas podem ser motorizadas, podendo ser encontradas na região voadeiras com motor de popa, ou ainda canoas a remo.

Na tabela a seguir estão relacionados os pontos de pesca com as artes de pesca utilizadas;

<b>Locais de pesca</b>	<b>Arte da Pesca</b>
1-Rio Ribeira ou porto da Ribeira (logo atrás da barragem)	Manjubeira
2- Toca do Bugio ou Enseada no Mar Pequeno (trecho que se estende da ponte da Ilha Comprida até as proximidades de Icapara)	Currico
3- Portinho ou Costão do Icapara ou Barra do Icapara (Vila Nova)	Manjubeira e currico
4- Prainha ou Boca da Barra do Ribeira (Aquarius)	Manjubeira e currico

### ***As variáveis ambientais e a relação com o conhecimento tradicional***

O dinamismo da pesca em Iguape é constituído por uma série de influências ambientais que são dominadas pelo conhecimento empírico do pescador artesanal. Desta forma, o ecossistema marinho, se configura como um espaço onde as formas tradicionais de conhecimento são fundamentais para a reprodução da tradição pesqueira.

*“Na pescaria precisa ir aprendendo tudo, a maré, a lua e outras coisas, não adianta você chegar lá e jogar a rede a torto e direito que não pega nada” (Dito, Toca do Bugio, 2003).*



Assim como as intempéries naturais, os pescadores também precisam dominar as influências dos astros na pescaria. A lua é a principal responsável pelas variações da altura das marés e pela variação do número de marés ao dia. O pescador define os horários de pesca através da variação da maré, assim como o número de vezes que ele vai jogar a rede na água. As marés resultantes da lua cheia ou da lua nova são denominadas pelos pescadores de maré de lua. Trata-se de marés mais fortes que se formam duas vezes ao dia e em períodos bem definidos, uma maré cheia no período da manhã e outra no período da tarde.

Quando a maré começa a subir os pescadores passam a dar os lanços, ou a soltar as redes na água.

*“A manjuba começa a querer entrar no querer da maré subir, sabe quando ela começa... a gente já tem a manha, quando você vê que a maré começa a crescer na praia aí a gente solta a rede que é certeza que ela tá lá” (Walter Borges, 2003).*

*“... é com essa marezinha aí que começa a encher que é bom, a manjuba vem lá da boca da Barra, e vem subindo o rio, e a gente pesca ela justamente quando ela tá indo “ (Mario Pereira, 2003).*

Alguns pescadores mais velhos, como o seu Benedito que pesca atrás da barragem, (ponto 1) e o seu Benedito que pesca no Costão de Icapara, (ponto 3), afirmam que a melhor pescaria acontece três dias antes e três dias depois da lua cheia. Essa afirmação, apesar de não proceder de uma discussão científica, é difundida entre os pescadores antigos, tendo sido comentada por eles durante as entrevistas.

É difícil imaginarmos como sem o embasamento de dados científicos, seja possível afirmar que a pesca nesses dias que precedem ou postergam a lua cheia, são realmente os melhores dias para a pescaria. No entanto, dados científicos, para os pescadores se traduzem em conhecimentos ou saberes que são transmitidos através das gerações. As “teorias tradicionais” são comprovadas através de suas práticas cotidianas e são justificadas pela sua perpetuação.

Ao tentarmos explicar tal teoria, supomos que para os pescadores mais velhos seja realmente mais difícil a pesca durante as marés de lua por se tratar de uma maré muito forte e que exige um maior esforço físico do pescador, no caso da pesca feita com a manjubeira.

Apesar se tratar de uma hipótese ou somente de um dado ainda incipiente, essa pode ser a explicação para a preferência de pescadores mais velhos pelos dias que antecedem ou postergam a lua cheia ou a lua nova, pois, nesses dias já existe uma força centrífuga ativa e,

portanto já é possível sentir os resultados gravitacionais que alteram a maré, mas que não as torna tão forte quanto nos dias de pico.

Além da importância que as marés de lua exercem nos horários de pesca, alguns pescadores também relataram que como a maré de lua tem mais força, ela acaba sempre movimentando mais a água tornando-a turva, e assim dificilmente a manjuba escapa da rede:

*“A manjuba não enxerga a rede e nem a malha da rede”*  
(Benedito, toca do bugio, 2003).

Apesar da maré de lua proporcionar uma melhor pescaria, seja pela força da maré, seja pelo aumento da turbidez na água, ela também pode elevar a salinidade da água, ou seja, como as marés têm maior amplitude e são mais fortes, a salinidade no estuário tende a se elevar, e isso se agrava quando a pluviosidade está baixa.

*“Agora, por exemplo, do jeito que tá, a maré de lua, assim uma maré grande... quando não dá chuva forte a água fica salgada até lá na barragem”* (Benedito, Toca do Bugio, 2003).

Isso ocorre pela diminuição do aporte de água doce proveniente do Rio Ribeira de Iguape devido a barragem, que apesar de ter sido praticamente destruída com a enchente de 1989, continua com uma pequena capacidade de retenção de água doce. Como se trata de uma maré de lua (cheia ou nova), a entrada de água salgada é muito maior, sendo o aporte de água doce insuficiente, no caso de baixa pluviosidade, o que torna a água cada vez mais salgada prejudicando a entrada da manjuba que busca uma água salobra para a sua reprodução.

A maré denominada de quarto, pelos pescadores, inclui a maré de quarto crescente e quarto minguante. Essas marés não representam tanta importância para os pescadores, como as marés de lua. Eles referem-se às marés de quarto como marés mais fracas e mais incertas, que não são marcadas por horários, e que acabam obrigando o pescador a retornar ao local de pesca várias vezes ao dia para observar a subida e descida da maré. Mesmo se tratando de uma maré com pouca expressividade ela permite uma boa mistura da água sem que ocorra uma grande vazão de água salgada, criando assim um ambiente propício para a entrada da manjuba.

*“Se for quarto crescente aí dá duas ou três marézinhas, a água sobe um pouco e aí tem que esperar mudar de posição, primeiro ela enche e daí vai fraqueando, fraqueando, ficando fraca até que uma certa hora ela dá uma viradinha na praia (...) a gente tem que ficar de oio proque se não nós perde a vazante”* (Seu Ademir, Rio ribeira, 2003).

Ainda que a lua seja um astro importante e influente, existem outros elementos que também influenciam as regras da pesca. A temperatura da água e, portanto as correntes marinhas, por exemplo, segundo os pescadores interferem diretamente na pesca. Alguns deles disseram que a manjuba não entra na Boca da Barra se a água estiver muito fria:

*“Tem também a água quente, se você pisar na água e a água tá quente, pode jogar o currico, é a hora que ela tá batendo, se tiver gelado nem vai mesmo”* (Índia Toca do Bugio, 2003).

Somando-se à lua, à temperatura e à maré, o vento também tem um papel importante na pesca da manjuba, pois pode mudar a direção das marés e com isso altera também o ritmo das vazantes e das cheias. Por exemplo, quando entra um vento de sul a maré não baixa, o que implica em uma complicação para a pescaria, pois a manjuba não irá entrar no estuário.

Todas as formas de conhecimento e todas as técnicas dominadas e incorporadas pelos pescadores, incluindo a escolha do local, do horário entre outras, aumentam as chances do pescador ter sucesso em sua pescaria. No entanto não podemos deixar de incluir no cotidiano da pesca e da vida do pescador um fator que exerce tanta influência quanto os demais aqui descritos - a sorte. Diegues (1983) nos lembra que o conhecer é sempre contrabalançado pela sorte.

Para os pescadores a pesca não existe dissociada de todos esses elementos descritos. A simplicidade com que eles descrevem as variações causadas por esses elementos demonstra um grande conhecimento adquirido através dos tempos, um saber fazer que é intrínseco à cultura das comunidades marítimas.

### ***Organizando os espaços de pesca***

A princípio os cuidados giram em torno da organização das funções entre os camaradas e da organização dos equipamentos. Para isso os pescadores das diversas tripulações organizam seus próprios materiais, verificando as canoas, os remos e as redes. É preciso checar com cuidado toda a rede, tanto o currico como a manjubeira, para verificar se não existem rasgos que possam levar a perda do cardume. Não é incomum encontrar pescadores remendando suas redes antes de começar a pescar.

Além disso, os pescadores precisam arrumar suas redes de forma que estas fiquem posicionadas corretamente dentro da canoa para que nada venha a sair errado no momento da soltura da rede na água.

Depois que os equipamentos estão prontos, as canoas nas quais se pescam com rede manjubeira ou de lanço, vão sendo posicionadas ao longo da praia, uma ao lado da outra. Isso funciona da seguinte forma: cada tripulação que está com todo o seu material pronto leva a sua canoa próximo da água ocupando um lugar na praia, a tripulação seguinte deverá posicionar sua canoa sempre ao lado da canoa que chegou primeiro, formando dessa forma uma fila na horizontal. A tripulação que chegar mais cedo será a primeira da fila e a sua canoa será posicionada na frente de todas, o que significa que ela será a primeira a dar o lanço. Os demais pescadores vão posicionando depois, conforme a ordem de chegada.

Essa organização em fila das canoas faz parte de um sistema criado pelos próprios pescadores para organizar a jogada da rede, trata-se de um sistema “regulador de vez” denominado de “FIADA”. Não encontramos, até agora esse sistema descrito nos trabalhos que abordam a pesca de Iguape. A fiada determina a ordem em que os pescadores irão soltar a rede ou dar o lanço, como eles chamam.

*“A gente trabaia bonito aqui”* (Seu Benedito Valo Grande)

Alguns pescadores levam as suas canoas depois de prontas para a água e as canoas continuam obedecendo a mesmo ordem que obedeciam fora da água, ou seja, continuam posicionadas uma ao lado da outra, respeitando a fiada. Dessa forma ficam como se estivessem a deriva, porém “apoitadas”/presas em troncos que ficam espalhados pela areia. Uma vez na água, a distancia entre as canoas aumenta, isso porque é preciso dar espaço para a soltura da rede e assim o distanciamento entre elas pode chegar a uns 100 metros, dependendo do tamanho da rede a ser lançada.

Depois que as canoas já estão devidamente posicionadas, é o momento em que os pescadores analisam a água para decidir se a pescaria vai começar. Nesse momento eles observam a força da água, a altura da maré, o vento e a temperatura da água. Todos esses fatores, segundo eles são importantes para se saber “se vai dar a manjuba ou não”.

É comum ver um pescador que está no final da fila, começar a soltar a sua rede na água dando início a pescaria. Isso acontece porque no sistema da fiada, existe um procedimento denominado de “exprimento” ou “exprimenta”, e é só através desse exprimento que um pescador tem o direito de passar na frente de outro, ou o direito de furar a fila.

Enquanto os pescadores que estão na vez de jogar a rede, esperam o momento certo de fazê-lo. Qualquer outro pescador, desde que esteja no final da fila e que queira se arriscar tem o

direito de jogar a rede. Na verdade é como se ele fosse realmente experimentar a água, fazer um “experimento”.

*“Se ela pegar um monte de peixe aí grita parou, parou, aí ela sai e o primeiro vai dar o lanço e depois todo o resto e ela volta para o final da fila” (Mario Pereira, Iguape 2003).*

Se o pescador fizer o “experimento” e conseguir pegar uma grande quantidade de manjuba todos os outros pescadores gritam para que ele pare e assim se encerra o experimento. Essa tripulação volta para o final da fila para que se prossiga a ordem estabelecida inicialmente. A partir de então, o primeiro da fila inicia a pesca jogando a sua rede na água, logo em seguida o próximo da fila também joga e assim por diante.

A pescaria é constituída por uma sucessiva alternância de posições das canoas, criando dessa forma uma coreografia belíssima que vale a pena ser vista de perto.

No sistema da fiada, além do procedimento de “experimenta” também existe o que os pescadores denominam de “copiar a pesca”. Copiar um pescador significa jogar a rede praticamente em cima da rede que já está na água. No caso da manjubeira isso acontece quando o pescador, que esta copiando, solta a sua rede praticamente dentro da circunferência formada pela rede do pescador da vez.

*“se a gente joga a rede aqui eles ao invés de vorta pra trás pra joga pelo fundo eles já joga a qui por drento da gente” (Seu Benedito, Vila Nova 2003)*

Alguns pescadores relataram, durante as entrevistas, que quando chegam pescadores de “fora”, o problema de copiar aumenta muito. Esses pescadores de fora, são considerados pescadores novatos, que não tem tradição de pesca ou pescadores que não costumam freqüentar esses pontos de pesca. Os pescadores acreditam que isso ocorra porque esses pescadores desconhecem o sistema de fiada. As formas de punição variam, segundo os pescadores, desde uma advertência verbal até o corte da rede na água.

*“É porque vem gente de fora e eles é safado, eles já vem cá e põem na frente de todo mundo... e aí a gente grita ÓIA A FIADA MOÇO! Aí ele responde - Eu só vou da uma experimentadinha” (Seu Benedito Vila Nova 2003)*

O ato de copiar pode acontecer igualmente na pesca com a manjubeira e na pesca com o currico. Porém o sistema de Fiada não é adotado na pesca de currico, ou seja, os pescadores não posicionam suas canoas em fila, seja na areia ou na água e assim a utilização do currico

não implica em uma regulação por ordem de chegada. Os pescadores vão se juntando a outros que já estão no canal e ao encontrarem um espaço vazio, seja a sua frente ou não, soltam sua rede na água. Onde existe respeito, segundo os pescadores, não existe o risco de um pescador jogar a sua rede na frente do outro, ou seja, o risco de copiar o pescador.

Apesar de não ser o sistema de fiada adotado na pesca do currico, isso não significa que não existam outras formas de regulação do espaço.

No quadro a seguir estão representados os pontos de pesca e as formas de organização que foram observadas durante os trabalhos de campo, além disso, mediante as conversas com os pescadores pudemos completar as informações com os dados sobre as redes, o número de canoas que geralmente aparece durante o período de safra e a procedência dos pescadores.

PONTOS DE PESCA	Organização do espaço	Número de canoas	Tipo de rede	Braças da rede	Procedência do pescador
1- Rio Ribeira ou Porto da Ribeira (logo atrás da barragem)	fiada	26 no máximo 30	manjubeira	150-250	Porto da Ribeira
3- Portinho, costão do Icapara ou barra do Icapara (vila Nova).	fiada	pode chegar a 50	Manjubeira/currico	95-140	Vila Nova e Icapara
4 - Prainha ou boca da barra do ribeira (Aquarius)	Espaçamento entre redes/ Fiada	pode chegar a 80	Manjubeira/currico	?	Aquarius, prainha, e Iguape
2 – Toca do Bugio ou Enseada (trecho que se estende da ponte da Ilha Comprida até as proximidades de Icapara).	Espaçamentos entre redes	pode chegar a 300	currico	100-140	Enseada, Toca do Bugio

### ***Considerações finais***

Ao longo dos trabalhos de campo e através de contatos com os pescadores pudemos notar que o sistema de regulação do espaço através do fiada é uma prática comum entre os pescadores mais antigos e que funciona como um sistema de regulação do espaço.

A fiada se traduz em um sistema de vez que determina a ordem em que a pesca deve seguir, assim somente os que respeitam essa ordem são autorizados a pescar. Nos pontos determinados por essa pesquisa foi possível observar esse sistema de vez em dois locais, no

ponto 1 (Rio Ribeira ou Porto da Ribeira) e no ponto 3 (Portinho) onde se pratica a pesca com a manjubeira. A princípio poderíamos supor que a própria arte de pesca seria o indicativo de regulação do espaço, uma vez que a Fiada foi observada somente nos pontos onde a manjubeira era empregada. No entanto, isso poderia representar uma subestimação da própria cultura pesqueira que se apresenta muito mais complexa.

Dessa forma passamos a analisar os locais onde não se pratica a pesca com a manjubeira a fim de se identificar alguma outra forma de regulação. No entanto, através de observações somente não foi possível identificar uma divisão coesa do espaço, uma vez que a própria prática de pesca com o currico se apresenta muito mais móvel. Ou seja, o pescador acompanha a rede na água seguindo o curso da corrente e diferente do que acontece com a pesca praticada com a manjubeira, não existe organização de fila em terra ou mesmo na água. Porém, segundo o relato dos pescadores, apesar da Fiada não acontecer nos locais onde o currico é utilizado, existe uma organização na pesca que se define como o espaçamento entre as canoas. Esse espaçamento define as áreas onde o pescador joga a sua rede e portanto divide o espaço marinho.

A partir desses dados levantados e ao se rever as entrevistas foi possível encontrar indicativos que refutaram a idéia de que a arte de pesca seria a única forma de se determinar a divisão do espaço, pois segundo os pescadores, o respeito é muito mais importante para a regulação do espaço do que qualquer arte de pesca empregada. Por essa razão nos pareceu muito mais importante identificar quais as bases que justificam a existência do respeito, o que por sua vez institui o sistema de regulação do espaço.

Ao analisar as equipes de pesca dos quatro pontos determinados estabelecemos algumas relações que justificam a ordenação do espaço. No caso de Iguape, todas as equipes analisadas têm uma relação com o local onde praticam a pesca. Isso significa que esses pescadores moram em bairros bem próximos ou tem uma relação de parentesco com algum pescador que pratica a pesca nesse local. Existe ainda a ligação por tempo de pesca, o que significa que um pescador já pesca nesse ponto há mais de cinco anos no mínimo e assim já estabeleceu um vínculo com o lugar, não sendo considerado pelos demais como um pescador de fora. Dessa forma, o que determina o respeito e o sistema de regulação é a ligação que o pescador tem com o espaço em que exerce a sua prática pesqueira. Nesse caso, trata-se de um espaço revestido de significados e que, portanto se configura como “lugar”. Isso significa que a Fiada ou qualquer outro sistema de regulação do espaço só é incorporada pelos pescadores a medida em que esses se identificam de alguma forma ou com o lugar em que pescam ou com os

próprios pescadores. Essa ligação com o lugar, retomando Tuan (1983) pode ter um significado afetivo, ou material.

Pudemos constatar isso através do levantamento das equipes de pesca nos pontos determinados por essa pesquisa. Os pescadores do ponto 1- Rio Ribeira ou Porto da Ribeira moram nas proximidades do local de pesca excetuando-se dois mestres de rede. O mesmo foi observado nos pontos 3- Portinho onde os pescadores são em sua maioria moradores de Vila Nova ou Icapara e no ponto 4 –Prainha onde a maioria nasceu no Bairro ou mantém algum vínculo com os pescadores locais através da cooperativa dos pescadores. No caso do ponto 2 - Toca do Bugio, além dos pescadores serem moradores locais ainda existe a relação de parentesco. Nesses quatro pontos existem formas de apropriação do espaço que se apresentam de forma coletiva no caso da Fiada, ou de forma individual no caso do currico.

A denominação de lugar para os pescadores representa um sentimento de identidade. E a expressão desse sentimento pode ser o balizador para a ordenação de espaços pesqueiros. Assim, ao pensarmos em formas de ordenação da pesca, através de acordos ou criação de reservas extrativistas, devemos incorporar as relações estabelecidas pelas próprias comunidades envolvidas. Isso significa que é necessário entender como se fundamentam essas relações e assim incluir suas lógicas comunais de apropriação dos espaços. A efetividade de praticas que visam a manutenção dos recursos deve estar alicerçada não só no conhecimento científico, como também no conhecimento e na prática das comunidades tradicionais pesqueiras.

## **Bibliografia**

- ALMEIDA, A Paulino. As grandes enchentes, Revista do Arquivo Municipal, vol CXLII, ano XVIII, 7-15, ago, 1951.
- ALMEIDA, Mauro. **Populações Tradicionais: conceitos.** Texto utilizado para seminário – Avaliação de Prioridades de Conservação – Amapá, outubro de 1999.
- ALMEIDA, Mauro; CUNHA, Manuela Carneiro da. **Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Amazônia Brasileira.** Documento apresentado no programa nacional da diversidade biológica – Macapá – 21 a 25 de setembro de 1999. Subsídios ao GT povos indígenas e populações tradicionais.
- BEGOSI, Alpina. Fishingspots and sea tenure: incipient forms of local management in Atlantic Forest coastal communities. **Human Ecology**, 23(3): 387-405, 1995.
- BENAZERA, Clara & CAVANAGH, Julie. **Antropologia Marítima e Gestão da Pesca Litorânea Brasileira** número 3. Québec, 1994 (trad. Antonio Carlos Sant’Ana Diegues).
- BERKES, F *et al.* The benefits of the commons. *In: Nature* 340 (13): 91-93, 1989.



- BERKES, F. Local-level management and the commons problem: A comparative study of Turkish coastal fisheries. *In: Marine Policy* 10: 215-229, 1986.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade - lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das letras, 9 ed, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989. Coleção Memória e Sociedade (tradução de Fernando Tomaz).
- BROMLEU, D; CERNEA, M. The management of Common property Natural resources: some operational fallacies. 1989. *apud: GOLDMAN, Michael*. Inventando os Comuns: Teorias e Práticas do profissional em Bens Comuns, 1998. *In: IN DIEGUES, Antonio Carlos & MOREIRA, André C (orgs)*. **Espaço e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001 pp. 43-76. (Trad. André de Castro C. Moreira).
- CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e saberes de Populações Tradicionais. *In DIEGUES, Antonio Carlos*. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.pp. 165 – 180.
- CORDELL, John. The Lunar-Tide Fishing Cycle in Northeastern Brazil. **Ethnology**, 13(4): 379-392, October, 1974.
- COSTA, Lucia Ferreira. **Os fantasmas do Vale-Qualidade Ambiental e Cidadania**. Campinas: UNICAMP, 1996.
- CUNHA, Lucia Helena. **Conhecimentos e Práticas Tradicionais**. No prelo s/d.
- \_\_\_\_\_. “Locally managed sea territories in Brazilian coastal fishing”. Roma: FAO, 1982.
- \_\_\_\_\_. **A sea of small boats**. CulturalSurvival, Inc, Cambridge, USA, 1989.
- \_\_\_\_\_. “Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia”, 1989 *IN DIEGUES, Antonio Carlos & MOREIRA, André C (orgs)*. **Espaço e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001 pp. 139-159. (trad. André de Castro C. Moreira)
- DASMANN, R.F. **The importance of cultural and biological diversity**. *In: OLDFIELD, M.L. & ALCORN, J.B (eds.) Biodiversity: culture, conservation and Ecodevelopment*. Boulder: Westview Press, 1991 pp. 7-15
- DIEGUES, Antonio Carlos. **A pesca no Vale do Ribeira**, SUDELPA, São Paulo, 1971.
- \_\_\_\_\_. “Pesca e Marginalização no litoral paulista”. Dissertação de Mestrado, USP, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Paulo: 1973.
- \_\_\_\_\_. **Processos Naturais e processos sociais num ecossistema estuarino**. São Paulo, CIBEDEPHE, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Pescadores, Camponeses e trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Povos e Mares**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.
- \_\_\_\_\_. **A imagem das Águas**. (Org), São Paulo: Hucitec, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Ecologia Humana e Planejamento Costeiro**, São Paulo: NUPAUB, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

- DIEGUES, Antonio Carlos & ARRUDA, Rinaldo. S.V. (Orgs) **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica**. Brasília: Ministério do meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.
- FEENY, David; BERKES, Fikret; McCAY, Bonnie; ACHESON, James M. A tragédia dos Comuns, 1990 *IN* DIEGUES, Antonio Carlos & MOREIRA, André C (orgs). **Espaço e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001 pp. 17-42. (Trad. André de Castro C. Moreira).
- FERNÁNDEZ, José Pascual (Coord). Apuntes para el debate en torno a la tragedia de los comunes. *In: Procesos de Apropiación y Gestión de recursos Comunes. Actas del VI Congreso de Antropología*, Tenerife, 23-39, 1993.
- FORMAN, S. Cognition and catch; the location of fishing spots in a Brazilian coastal village. *Ethnology*, 6(4): 405-426, 1967.
- \_\_\_\_\_. **Jangadeiros: Raft Fishermen of Northeastern Brazil**. University of Indiana Press, 1970.
- FORTES Roberto - Iguape...**Nossa história**. Vol. I, Iguape, São Paulo: Ed. Roberto Fortes: 2000.
- FURLAN, Sueli. Comunicação oral. São Paulo, s/d.
- FRANÇA, M.C. “Pequenos centros paulistas de função religiosa”. V.1. Instituto de Geografia . São Paulo: USP, 1975.
- GALVÃO, H. **Novas Cartas da Praia**. Natal: Val, 1968.
- GEERTZ, Clifford. **Los usos de la diversidad**. Barcelona: ediciones paidós, 1996.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar editores,
- GIULIETTI, Nelson. “A pesca e a industrialização da manjuba, em Iguape, litoral sul do Estado de São Paulo”. Dissertação de Mestrado, USP, Programa de Pós Graduação em Geografia, São Paulo: 1992.
- GODARD, O. Aspects institutionnels de la gestion intégrée des ressources naturelles et de l’environnement. Paris, MSH, 1980, *apud*: VIERA, Paulo Freire. Gestão Patrimonial de Recursos Naturais: Construindo o Ecodesenvolvimento em Regiões Litorâneas. *In*: CAVALCANTI, Clóvis (Org). **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995. pp. 293-322.
- GODELIER, M. “Considerations Théoriques et Critiques sur le Rapport entre L’ Homme et son Environnement”, **Information sur les Sciences Sociales**, 13 (6), 1974, *apud* : MALDONADO, Simone C. **Mestres e Mares – espaço e Indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 1993.
- GOLDMAN, Michael. Inventando os Comuns: Teorias e Práticas do profissional em Bens Comuns, 1998. *In: IN* DIEGUES, Antonio Carlos & MOREIRA, André C (orgs). **Espaço e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001 pp. 43-76. (Trad. André de Castro C. Moreira).
- GOLDEMBERG, Miriam. **A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: RECORD, 2002.
- GOMÉZ-POMPA, A & KAUS, Andréas. **Domesticando o Mito Moderno da Natureza Selvagem**, 1992. *In*: DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação: novos rumos**

- para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec, 2000. pp. 126-147. (Trad. Dany Patarra).
- GORDON, H. Scott .“The economic theory of a common property resource: The fishery” *In: The Journal of political Economy* LXII, feb-dic, 1954: 124-142.
- GUHA, R. **O Biólogo Autoritário e a Arrogância do Anti-Humanismo.** *In: DIEGUES, Antonio Carlos. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.* São Paulo: Hucitec, 2000. pp. 81-99.(Trad. Antonio Carlos Diegues & Daniela Andrade).
- HARDIN, G. “The tragedy of the commons” *Science*, n.162, 1968.
- HARTMANN, Wolf, D. **Conflitos de pesca em águas interiores da Amazônia e tentativa para a sua solução.** *In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org). Pesca Artesanal: Tradição e Modernidade.* Coletânea dos trabalhos apresentados no III Encontro de Ciências Sociais e o Mar. São Paulo:NUPAUB/IOUSP/ F. Ford/IUCN, 1999.pp. 103-118.
- HOWARD, Becker. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Hucitec, 1994.
- ISA (Instituto Socioambiental) – **Diagnóstico Socioambiental do vale do Ribeira.** João Paulo Capobianco (Coord). São Paulo: ISA, 1998.
- KLINK, Federico Aguilera. Economía, medio Ambiente y Espacios Comunales. *In: Procesos de Apropiación y Gestión de recursos Comunales. Actas del VI Congreso de Antropología,* Tenerife, 13-21, 1993.
- KORMONDY, Edward, J & BROWN, Daniel E. **Ecologia Humana.** Walter Alves Neves (Cord. Editorial da Edição Brasileira). São Paulo: ATHENEU, 2002.
- KRUG, E. **A Ribeira de Iguape.** *In: Boletim de Agricultura, série 39,* São Paulo, 1939. pp. 536-596.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 1975
- LEFF, Enrique. (Coord) **La Complejidad Ambiental.** Siglo XXI, México, 2000.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.
- LEVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem.** Campinas: PAPYRUS, 1989.
- LIMA, K. **Pescadores de itaipu.** EDUFF, Niterói, 1997.
- MALDONADO, Simone C. **Mestres e Mares – espaço e Indivisão na pesca marítima.** São Paulo: Annablume, 1993.
- MALDONADO, Simone C. “O caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples” *In: DIEGUES, Antonio Carlos (org). A imagem das águas.* São Paulo: NUPAUB/USP, 2000 pp. 59-68.
- MARQUES, José Geraldo W. **Pescando Pescadores.** São Paulo: NUPAUB/USP, 2001 2ed.
- MARTINS, Eduardo. *A sustentabilidade procura espaço no mundo global.* disponível em: [http://www.elabore.com.br/temas\\_artigos/sustenta.html](http://www.elabore.com.br/temas_artigos/sustenta.html). Acesso em 28/05/2002

- MEADOWS, D. H. *et alii*. **Limites do crescimento - um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- Mc CAY, J. B. ; ACHEESON, J. **The question of the Commons**. Tucson: Univ. of Arizona Press, 1987.
- Mc CAY, J. B. A fishermen's cooperative, limited: Indigenous resource management in a complex society. *In: Anthropological Quarterly* 53: 29-38, 1980.
- Mc GRATH e CASTRO, Fabio de. O Manejo Comunitário de lagos na Amazônia. *In Parcerias Estratégicas*. 12: 112-126, 2001.
- Mc KEAN, M. **Success on the Commons: a comparative examination of Institutions for Common property Resource Management**. Duke University, 1989.
- MIYAO, S.Y, NISHIHARA, L & SARTI, C.C. "Características físicas e químicas do sistema estuarino – lagunar de Iguape-Cananéia". **Boletim do Instituto Oceanográfico**, São Paulo, V. 34, 1986 pp. 23-36.
- MORIN, Edgar. **O Método III. O conhecimento do Conhecimento**. Portugal, Europa-América, 1986.
- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. "A pesca no litoral sul do Estado de São Paulo e o pescador da região lagunar de Iguape-Cananéia". São Paulo: 1967. (Relatório de pesquisa).
- \_\_\_\_\_. "Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial". Dissertação de Doutorado, USP, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Paulo: 1971.
- MUSSOLINI, G. **O cerco flutuante: uma rede de pesca japonesa que teve a ilha de São Sebastião como centro de difusão no Brasil**. *In: Sociologia*, nº3, vol VIII, São Paulo, 1946.
- MUSSOLINI, G. Aspectos da Cultura e da vida social no litoral brasileiro. *In: Revista de Antropologia* 1 (2), São Paulo, 1953.
- OSTROM, Elinor & McKEAN, Margaret A. "Regime de Propriedade Comum em florestas somente uma reliquia do passado?". 1995. *In* DIEGUES, Antonio Carlos & MOREIRA, André C (orgs). **Espaço e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001 pp. 79-96. (trad. André de Castro C. Moreira).
- OSTROWIETSKI, S. Comunicação pessoal, UFPB, João Pessoa, 1990, *apud* MALDONADO, Simone C. **Mestres e Mares – espaço e Indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 1993.
- PETRONE, Pasquale. **A Baixada do Ribeira**. *In: Boletim* nº283, cadeira de geografia nº14 São Paulo, 1966.
- PIMBERT, Michael P, PRETTY, Jules N. Parques, Comunidades e Profissionais: incluindo "participação" no manejo de áreas protegidas. *In* DIEGUES, Antonio Carlos Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.
- POSEY, Darrell. Etnobiologia: teoria e prática. *In. Suma Etnológica Brasileira. Volume 1-Etnobiologia*. Darcy Ribeiro (Coord), Petrópolis, FINEP/VOZES: 2ed, 1987.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Vale do Ribeira: Pesquisas Sociológicas**. São Paulo: DAEE/USP, 1969.

- REDCLIFT, M. **Sustainable Development. Exploring the contradicions.** Londres, Nova York, Methuen, 1987.
- REDCLIFT, M. & BENTON, T. **Social theory and the global environment.** Routledge, London/ New York, 1994.
- REDFORD, K.H. **The empty forest.** BioScience, 42:412-422. 1992, *Apud*: PRIMACK, Richard, B & RODRIGUES, Efraim. **Biologia da Conservação.** Londrina: E. Rodrigues, 2001.
- RIBEIRO, Berta. (Coord) **Suma Etnológica Brasileira. Volume 1- Etnobiologia.** Petrópolis, FINEP/VOZES: 2ed, 1987.
- ROBINSON, J. *et alii.* **Defining a sustainable society. Values, principles and definitios.** *In*: Alternatives: perspectives on society, technology and enviroment. Vol.17:2, 1990, *apud*: DIEGUES, Antonio Carlos. **Ecologia Humana e Planejamento Costeiro,** São Paulo: NUPAUB, 2001.
- ROUÉ, Marie. Novas Perspectivas em Etnoecologia: “Saberes Tradicionais” e Gestão dos recursos naturais. *In*: DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec, 2000.
- SCOTT, A . “The fishery: the objectives of sole ownership”. *In*: **The Journal of Political Economy** 63:116-124, 1955.
- SEIXAS, C.S & BEGOSSI, A .Ethnozoology of Fishing Communities from Ilha Grande. **Journal of Etnobiology** 21(1): 107-135, 2001.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2002.
- SUNKEL, O. **La interacción entre los estilos de desarrollo y meio ambiente en America Latina. Siglo XX.** *In*: Estilos de desarrollo y medio ambiyenye en la America Latina. México, Fondo de Cultura Económica. (lecturas 36, 1), 1980.
- THOMPSON, Paul. **A voz do Passado.** São Paulo: Paz e terra, 1998.
- TOLEDO, V.M. **La diversidad biológica de México.** Ciencia y Desarrollo. Conacyt, México city, 1998.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo.Cia das letras, 1983.
- VIERA, Paulo Freire. Gestão Patrimonial de Recursos Naturais: Construindo o Ecodesenvolvimento em Regiões Litorâneas. *In*: CAVALCANTI, Clóvis (Org). **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez, 1995. pp. 293-322.
- WONGTSCHOWSKI, Bianco *et alli.* **A manjuba (*Anchoviella lepidendostole*) no Rio Ribeira de Iguape, biologia, comportamento e avaliação do estoque.** São Paulo: IBAMA/IOUSP/IP-AS/SEMA, 1990.
- WOLFE, M. Desarrollo: imágenes, concepcines, criterios, agentes, opciones. **Bol. Econ. America Latina,** 18(1-2), 1973.
- YOUNG, Ernesto G. Subsídios para a história de Iguape e seus fundadores. Revista do IHGSP, vol VII, São Paulo, 1902 pp. 286-298.